

entre textos

entre textos

21

VENCER BARREIRAS
O ACESSO DOS CEGOS À ESCOLARIZAÇÃO

Isabel Sanches
Alda Ruivo

Junho de 2010

UNIVERSIDADE LUSÓFONA
I Instituto de Ciências da Educação



Isabel Sanches
Professora da ULHT
Investigadora do Ceief
Alda Ruivo
Ex-professora de Educação Especial.

VENCER BARREIRAS

O ACESSO DOS CEGOS À ESCOLARIZAÇÃO

Resumo

Pretende-se com este artigo fazer o retrato de uma época, no que à escolarização dos cegos diz respeito, através do testemunho de quem viveu e venceu as barreiras que o sistema educativo e a própria sociedade impunha. É uma aventura contada, na primeira pessoa, por quatro protagonistas que encontraram na sua deficiência visual a pedra de toque para uma vida cheia de desafios e de conquistas que os tornou únicos na sua família e na comunidade à qual pertencem. Todos são pessoas realizadas, em termos pessoais e profissionais, sem medo de enfrentar os seus colegas de profissão, os amigos e os menos amigos.

Palavras-chave: cegos; deficiência visual; escolarização; ensino secundário; anos sessenta.

Abstract

Access of the blind people to education

The intention of this article is to make the portrait of an era concerning the education of the blind people, through the testimony of those who lived and won the barriers that the education system and society imposed on them. It's an adventure told in first person, by four actors who found their visual impairment in the cornerstone for a life full of challenges and achievements that made them unique to their family and community. All of them are fulfilled people, personally and professionally, and are not afraid to face their colleagues, friends and less friends.

Keywords: blind, visually impaired, education, secondary education; sixties.

Nota introdutória

Sendo o pós-guerra, na Europa, uma época profícua em medidas educacionais que tentaram introduzir a mudança nos sistemas escolares, cabe-nos saber como foi contemplado e gerido o Sistema de Ensino Português, no que concerne à educação dos cegos.

Sabendo que o sector do ensino secundário, no que diz respeito ao ensino especial, era ignorado pelo sistema educativo, mas que um pequeno grupo de cegos a ele teve acesso, por mérito próprio, cabe-nos perguntar:

- como acediam os cegos à escolarização?
- como ultrapassavam os constrangimentos de um sistema que ignorava a sua existência?
- que percursos pessoais conseguiram realizar os cegos escolarizados desta época?

Para responder a estas perguntas, é nosso intento “desocultar” o ensino dos cegos, neste período de tempo, para que os interessados possam ter acesso ao retrato de uma época, através do testemunho de quem a viveu e a ajudou a construir. Podem, ainda, ter a dimensão da capacidade que o ser humano tem de se ultrapassar e de vencer as limitações que o *estigmam*, impostas por nós próprios, a sociedade de que fazemos parte.

Para perceber o pensamento da época em relação a esta população e as práticas educativas para eles incrementadas, recolhemos a informação publicada na altura¹ e os testemunhos orais (entrevistas semi-directivas) de alguns cegos que, nos finais dos anos cinquenta, protagonizaram esta aventura.

1.Os protagonistas

São quatro os protagonistas deste estudo, quatro pessoas cegas, realizadas em termos pessoais, familiares e profissionais, dois do sexo feminino e dois do sexo

¹ As revistas consultadas foram publicadas primeiro em braille e, posteriormente, a negro.

masculino, nascidos nos anos trinta e quarenta, fora da grande cidade, com uma média de idades de 65 anos²: a Flora, a Mercedes, o Oliva e o Quim³.

Não admitem a palavra “coitadinho” em relação à sua vida ou à sua pessoa, lutam antes pelo direito de ser diferente e de se realizarem com a sua diferença. Um deles afirmou-nos que a sua vida teria sido consideravelmente diferente, se fosse normovisual, talvez menos estimulante, porque se limitaria a seguir o rumo normal dos outros familiares. O ser cego foi, para ele, o móbil de descoberta de outras realidades, bem difíceis de descobrir naquela época, época de grandes restrições e de falta de oportunidades. Não pretendemos dizer com isto que ele é feliz por ser cego, mas que soube encarar o lado positivo da questão e, assim, encontrar as forças necessárias para a aventura que ia começar.

Os elementos do sexo feminino fizeram a sua escolarização na cidade de Lisboa, os do sexo masculino iniciaram em S. João do Estoril (concelho de Cascais) e concluíram em Lisboa, nos institutos para eles (cegos) criados e para onde tinham de se deslocar todos os que quisessem ter acesso a uma escolarização.

Os homens concluíram um curso superior, Filologia Germânica, na Universidade de Lisboa, o que lhes vai permitir ter um lugar de técnico superior na Biblioteca Nacional; as mulheres ficaram com o ensino secundário, o que, num caso, permite aceder a um lugar de telefonista numa empresa bancária e no outro continuar o percurso dos cegos “brilhantes”, ser professora de cegos, percurso esse que já tinha sido iniciado antes de fazer o ensino secundário.

2. Escutando para compreender

Escutando atentamente, observando cuidadosamente e tentando desencadear empatia, qual “simpatia intelectual” que nos tornasse capazes de compreender as vivências de alguém, sem as termos experimentado, recolhemos em entrevistas semi-directivas o *corpus* de análise do texto.

O tratamento do discurso foi sujeito a um processo de vaivém, avanços e recuos para garantir a fidelidade ao “dito⁴”, não desprezando o “não dito”, o suficientemente implícito, para alcançar a objectividade possível.

² Em 2002.

³ A atribuição dos nomes foi feita de acordo com as sugestões dos próprios, sendo que uns usam o seu nome, outros um pseudónimo.

Joga com as regras de uma análise de conteúdo, inspirada em Bardin (1979) e Ghiglione e Matalon (1992), através do levantamento de categorias e subcategorias temáticas, cotejadas com a análise que Poirier, Clapier-Valladon e Raybaut (1999) nos propõem para o tratamento e apresentação das “histórias de vida”.

É nossa intenção apresentar a informação de uma maneira agradável e fácil de ler, tendo a preocupação do rigor e da proximidade ao discurso explícito, matizado forçosamente com a “lupa” do analista e com o significado a que a sua contextualização obriga.

3. A educação dos cegos em Portugal: breve perspectiva

Segundo Bénard da Costa (1981), os primeiros passos do ensino dos cegos andam de mãos dadas com o ensino dos surdos. Remonta a 1822 a primeira experiência de educação dos cegos em Portugal com a criação do Instituto de Surdos-Mudos e Cegos, em Lisboa, sob a direcção do sueco Aron Borg.

Em 1863 foi fundado o Asilo de Cegos de Nossa Senhora da Esperança, em Castelo de Vide e, em 1888, Madame de Sigaud cria em Lisboa o Asilo-Escola António Feliciano de Castilho.

Em 1900, José Branco Rodrigues funda o Instituto de Cegos em Lisboa, mais tarde transferido para S. João do Estoril e, em 1903, é criado no Porto o Instituto S. Manuel.

Assim, nos anos quarenta/cinquenta, existem no país três Institutos, funcionando em regime de internato, todos eles fora da tutela do Ministério da Educação, que têm a seu cuidado a educação dos cegos: o Instituto S. Manuel no Porto, para rapazes, o Instituto António Feliciano de Castilho, em Lisboa, para raparigas e o Instituto Branco Rodrigues, em S. João do Estoril, para rapazes, pouco excedendo, no total, uma centena de alunos, o que é manifestamente pouco para dar resposta às necessidades dos cegos em idade escolar, a nível do país. No final dos anos cinquenta, é criado o Centro Infantil Helen Keller, para ambos os sexos.

⁴ Os informantes tiveram oportunidade de se confrontarem com o seu próprio discurso e de o rectificarem, quando oportuno, antes da elaboração do texto final.

De acordo com o recenseamento de 1950, existiam no continente português 9 820 cegos de ambos os sexos, sendo que 2 620 têm menos de dezanove anos e 1 038 menos de dez. Segundo Pinto (1962:16) o seu número deve rondar os 13.000, «se incluirmos aqueles que são rejeitados pelas escolas comuns por verem de menos e pelas escolas especializadas por verem de mais».

Em relação a estes números há ainda a considerar que muitas crianças com subvisão não são consideradas deficientes visuais, por sofrerem de oftalmias⁵ que só mais tarde se convertem em cegueira, não se denunciando como tal, por não terem implicações no seu quotidiano no momento ou por terem esperança de cura próxima.

Contrariamente à ideia geral e pouco esclarecida que considera a cegueira como calamidade susceptível de tornar o seu portador socialmente inútil e psicologicamente anormal, Albuquerque e Castro (1960a:5) traça o perfil dos cegos, quando não afectados por deficiências devidas a causas patogénicas localizadas fora do aparelho visual, e apresenta-os como

- seres psiquicamente normais, cujo comportamento não sofre desvios senão quando os segregam ou isolam do convívio, na clausura perpétua que se chama asilo;
- indivíduos que vivem a sua vida sem qualquer desfalque na massa das suas necessidades humanas;
- elementos sociais suficientemente válidos e úteis, desde que se ponham ao seu alcance a vasta rede de institutos de educação, cultura e preparação profissional a que toda a gente tem acesso;
- estruturas morais e mentais que não romperam o equilíbrio entre o mundo subjectivo que as forma e as realidades objectivas em que se movem;
- homens na totalidade da extensão do termo⁶.

A educação dos cegos é amplamente debatida pelas minorias esclarecidas deste sector da população, o que os leva a reflectir e a enunciar um conjunto de problemas a resolver que, segundo Albuquerque e Castro (1962:39-40), têm a ver com um

- reduzido número de escolas e demais centros de recuperação existentes,
- antiquados métodos de educação e reeducação,
- professores e orientadores que não dispõem de todos os meios de informação sobre os antecedentes dos alunos, condições do desenvolvimento, características psicológicas, ambiente social e familiar,

⁵ Oftalmias – doenças progressivas dos olhos

⁶ Estes cegos que na gíria são chamados “os cegos de lacinho” eram aqueles que eram aceites nos institutos de educação de cegos.

- pessoas envolvidas no processo educacional que não têm a necessária preparação tiflopedagógica, guiadas pela intuição e boa vontade,
- falta de métodos adequados,
- baixo nível qualitativo e quantitativo de material didático e técnico,
- ausência de planos e programas orientadores da educação e reeducação dos cegos.

Tendo em consideração o que em matéria de educação foi feito para as crianças com visão, na mesma época, damo-nos conta da distância que há entre uns e outros e como será difícil a curto prazo o jovem cego ter as mesmas oportunidades.

Segundo o mesmo autor, um vasto programa, a nível nacional terá de ser feito para a recuperação dos cegos, tendo em conta os problemas enunciados e procurando superá-los, a nível de recursos humanos competentes e especializados, escolas e centros em qualidade e quantidade suficientes e material adequado aos fins propostos⁷. Veja-se como os nossos protagonistas recordam as suas vivências:

Mercedes

O cego, quando eu tinha vinte e tal anos⁸, a maior parte dos cegos tocava nas ruas, pedia esmola, os que tinham vocação para a música tocavam em bares à noite, havia muitos cegos empregados em bares, havia um sexteto na emissora nacional que tocava uma vez por semana, tudo pessoas com cursos de música, seis pessoas cegas, isso foi a única coisa que eu conheci como emprego mesmo para cegos.

O meu pai é que dizia sempre assim quando via alguém a tocar na rua: “ai, filha, isto é que é uma coisa que eu não quero nunca que tu faças, tu tens de ter muita bagagem para fazeres coisas na vida para que nunca precisas de pedir a ninguém, nem tocar na rua” e eu dizia: “ai, credo, eu não quero pai, eu não...” Mas lembro-me que o emprego dos cegos era mais esse.

Eu ia por ali fora para apanhar o eléctrico e lembro-me de uma mulher que acho que estava lá a vender qualquer coisa e era assim: “foge, foge, foge que é ceguinha” e eu disse assim: “sou cega, mas não mordo” porque a mulher disse aquilo de uma maneira que parecia que eu era assim alguma fera.

O cego era assim uma coisa “rara”, era uma pessoa a quem os outros achavam que podiam perguntar tudo “ai é ceguinha... mas porquê? o que é que foi, foi de nascença?” e faziam essas perguntas muitas vezes no eléctrico. Nos transportes acontecia muito fazerem-me perguntas. Quer dizer, pelo facto da pessoa ser cega, se calhar também se tivesse outra deficiência que se visse, coxa ou qualquer coisa, também perguntariam, mas aos cegos, a mim, perguntavam muita coisa.

⁷ Referimo-nos ao início dos anos sessenta

⁸ Anos cinquenta (séc xx).

Comecei a pensar “então, mas se eu agora me pusesse aqui a perguntar às pessoas, então oiça lá como é que é, você?” Só porque a pessoa é cega acham-se no direito de perguntar como é que foi, como é que não foi, como é que é, mas porquê? Porque é que não hão-de aceitar a pessoa e não estar a querer saber da sua vida. Eu comecei a achar, à medida que fui entendendo as coisas [...] achava aquilo um bocado fora de jeito e depois comecei a ser refilona, a responder. Lembro-me uma vez no eléctrico de me estarem a perguntar coisas e eu disse assim: “olhe lá, eu já lhe perguntei alguma coisa da sua vida?” e depois a senhora disse para outra: “é cega e mal criada”.

O ser cego tinha de ser explicado, lembro-me de ir com o meu irmão mais novo e das pessoas olharem e de ele dizer, ele também era refilão, e dizia assim: “oiça lá mas nunca viu uma pessoa cega, acha assim uma coisa tão diferente? Tão esquisita? O que é que está assim a achar tão esquisito?” E as pessoas ficavam um bocado embotadas. Mas isso depois a pouco e pouco foi realmente passando, as pessoas vão-se habituando, também não tinham culpa... muitas vezes é a ignorância, é um bocado, mas às vezes até são pessoas que não são ignorantes mas não foram sensibilizadas para lidar com uma pessoa deficiente, não quer dizer que seja só cego...

Mas as pessoas vão-se habituando e eu acho que hoje⁹ já estão muito habituadas, e então aqui neste bairro... meu Deus... Hoje, eu desloco-me sozinha e às vezes ponho-me assim a pensar: “É engraçado como isto era dantes, agora as pessoas dizem: precisa de ajuda? Quer atravessar?” Mas com a maior naturalidade, a maior parte das pessoas já estão sensibilizadas para que podem ajudar sem lamentar, sem outras intervenções descabidas.

Eu, antes, ia sempre acompanhada, em geral era o meu pai mas às vezes era o meu irmão mais novo que também trabalhava em Lisboa e me levava para Almada.

Segregação ... aquela coisa muito específica, os cegos têm de aprender isto e aquilo, por isso tem de haver escolas específicas, nada de misturas.

O que acontecia aqui em Portugal acontecia também nos outros países, havia as escolas específicas, não havia integração. Eu não sei... quer dizer, custava-lhes a aceitar os cegos como custava a aceitá-los nos empregos também. A pouco e pouco é que isso se foi fazendo e realmente uma das pessoas que eu acho que teve uma visão realmente muito alargada, enfim, muito para a frente, foi a Dr.^a Maria Amália Borges que achava que as crianças começando de pequenas a conviverem cegas com crianças normovisuais seria muito bom para quando o cego fosse adulto e precisasse de ser integrado na sociedade, não era um choque para ele. Já estava habituado a conviver com outras crianças e a pouco e pouco ia-se integrando.

Surgiu a Fundação Shine¹⁰ que foi de facto uma grande saída para os cegos nessa altura porque começaram a admitir os cegos nas empresas como telefonistas, nas fábricas, muitas fábricas aceitaram cegos, por exemplo, havia a Messa, das máquinas de escrever, trabalhavam lá uma data de cegos, quer dizer, começou a haver uma grande abertura com a Fundação Shine. Depois

⁹ Hoje, 2003.

¹⁰ Anos sessenta (séc. xx)

criou-se o Centro Nossa Senhora dos Anjos, que primeiro era um lar e depois passou a ser também um centro de reabilitação como o Shine e aí empregaram imensas pessoas cegas.

4. O acesso dos cegos à escolarização

Na altura, a idade normal para a entrada na escola situava-se nos 7 anos de idade, mas a escolaridade não era obrigatória. Só nos anos sessenta se estabelece a obrigatoriedade escolar até à 4.^a classe¹¹.

A obrigatoriedade escolar para os alunos em situação de deficiência só é estipulada com o Decreto-lei 35/90, de 25 de Janeiro.

O acesso dos cegos à escolaridade verificava-se tardiamente, não raro aos 14 anos. O número restrito de institutos para as necessidades, a sua localização no centro ou nas imediações das grandes cidades e a dificuldade de comunicação faz com que a informação de que existem possibilidades de escolarização para os cegos chegue tardiamente aos interessados e sejam necessárias vias paralelas, por vezes não muito ortodoxas, para aceder a um lugar no instituto. São as famílias com maior iniciativa que conseguem fazer valer para os seus cegos o direito a um lugar na escola. Vejam-se os seguintes testemunhos:

Oliva

Foi nos anos 41/42. Quando atingi os 7 anos, meus pais, como era de esperar, puseram-me na escola e aí estudei, ou melhor: estive ainda uns dois ou três anos chegando à 3.^a classe. Frequentei primeiro duas escolas particulares passando depois para uma escola oficial, a Escola 4, no Campo de Santa Clara, porque um vizinho meu tinha uns primos com que nos encontrávamos muitas vezes, cujo pai era professor na tal Escola 4. Entendeu-se por isso que seria vantajoso eu ir para essa escola. Foi lá que se constatou que era preciso mudar o meu rumo educativo. Nas escolas particulares, os professores não se preocupavam comigo. Deixavam-me estar. Eu ia ouvindo o que se passava na classe, tinha facilidade em fixar e assim aprendi muita coisa. Muitas vezes o professor me fazia perguntas, quando outros alunos não sabiam, porque eu sabia responder.

Logo de início se tornou evidente que eu tinha dificuldades que necessitavam um atendimento diferente. Tinha que estar numa carteira junto a uma janela, não podia ler praticamente nada no quadro; na melhor situação distinguia por vezes, consoante as condições de luminosidade, alguns contrastes de claro

¹¹ Hoje, 4.º ano de escolaridade, Ensino Básico.

sobre escuro. Nos livros, enquanto os caracteres foram grandes, ia conseguindo ler; mas, a partir da altura em que as letras passaram a ser mais pequenas, tornou-se impossível. Tinha também muita dificuldade em escrever a direito, sobre as linhas. Então o professor tomou a iniciativa de alertar meus pais de que não havia condições para a minha escolarização continuar por aquele caminho e de que era preciso mudar de rumo. Obtiveram-se algumas informações sobre o assunto, em resultado das quais, em Outubro de 45, acabei por ingressar no Branco Rodrigues onde, apesar de desinserido do meio familiar, me foi dado usufruir de uma vivência que não posso deixar de qualificar como muito positiva.

Mercedes

Eu tive uma boa família porque nós éramos cinco filhos e o meu pai foi sempre uma pessoa que se preocupou muito com a educação dos filhos. Embora nós fossemos muito pobres, sempre teve a preocupação de dar aos filhos mais do que ele tinha, ele também achava que eu, por ser cega, não deixaria de estudar. Eu, com 10 anos não tinha ido à escola porque sou cega congénita. Demorou muito tempo para que eu conseguisse entrar para o asilo/escola Feliciano Castilho. Naquela altura entraram 17 crianças vindas das mais diferentes partes do país porque só havia aquela escola para meninas aqui em Lisboa.

Quim

Tinha eu apenas seis anos quando o meu pai começou a procurar os meios necessários para que eu pudesse ingressar no Instituto Branco Rodrigues. Porque tinha família em Lisboa, o meu pai optou pela minha escolarização nesta cidade e não no Porto, onde sabia também existir uma escola de ensino para cegos. Assim, escreveu a um seu primo, que era um dos donos do hotel Tivoli, pedindo-lhe que colhesse informações acerca do referido Instituto: como é que era essa escola e onde estava localizada. Porém, este seu primo não conseguiu obter as respostas que se desejavam, devido aos muitos afazeres que tinha como homem de negócios. Portanto, não conseguiu fazer as necessárias explorações, embora mais tarde, tenha dado vagas informações que colheira através de um seu amigo. Aconteceu, entretanto, que por acaso o meu pai teve a pouca sorte de conhecer um senhor - que depois veio a ser seu compadre - que disse que o seu trabalhava na igreja de Santo António e tinha lá relações de amizade com uma Secretária do Provedor da Santa Casa da Misericórdia, entidade a que pertencia o Instituto Branco Rodrigues. Foi pouca sorte ter travado conhecimento com este indivíduo, porque ele foi protelando, foi adiando, dizendo que o processo estava em curso.

Ora, o facto real era que eles pouco ou nada haviam feito. O que interessava ao dito compadre era garantir, à laia de gratidão compensatória, mão de obra barata, o que conseguiu durante seis anos. As angústias eram muitas. O meu pai desesperava por ver o tempo a passar sem que nada se resolvesse. Entretanto, conheceu o Sr. Capitão Militão - Director dos Serviços de Assistência da Figueira - que de imediato meteu mãos à obra. Então, sim, as coisas começaram a correr de vento em popa e mais rápidas se tornaram, quando eu tinha doze anos, porque o meu pai decidiu escrever uma carta a Salazar, carta que o Sr. Capitão, ao lê-la, entendeu ser de grande utilidade, e por isso aconselhou o meu pai a enviá-la sem demora. Isto foi aí por Maio...

Lembro-me tão bem! A minha casa tinha um rés-do-chão e primeiro andar. O meu pai vinha pela escada abaixo com uma carta que havia escrito, após uma noite passada em branco, ouvindo os medos da minha mãe, que lhe dizia que ele poderia até ser preso. Lembro-me de ele a ler à minha mãe e do seu conteúdo: «tenho cinco filhos, quatro são obrigados a ir à escola. Porque é que o outro, por ser cego, havendo uma escola, não tem direito à escolaridade?» Ouvido o "Muito bem" do Sr. Capitão, foi a carta para o correio e cerca de um mês depois - a 23 de Julho de 1954 - deu-se a minha entrada no Branco Rodrigues, entrada que antes havia sido assegurada ao meu pai por carta do Secretário do Presidente do Conselho. Ao ingressar na escola, tinha eu já 12 anos, idade que era a de todos os que nesse ano entraram, havendo um que até já tinha 14 anos.

4.1. O ensino primário¹²

O ensino primário decorria sem grandes vicissitudes. O currículo académico era o mesmo que era dado no ensino público, só que se estendia demasiado no tempo. Havia a convicção de que para fazer cada ano o aluno cego tinha necessidade de dois anos. Isto tinha alguma explicação pela morosidade que envolvia a aprendizagem e a utilização do braille. Toda a escrita do braille era feita com pautas, o que era extremamente moroso. Havia um grande investimento na aprendizagem da música e, também, para as raparigas a costura e tricot. Aquilo a que hoje chamamos “actividades da vida diária” e que hoje fazem parte da educação do cego não eram contempladas nos currículos desenvolvidos nos institutos.

A entrada tardia e a morosidade da escolarização faziam com que uma boa parte dos alunos terminasse o ensino primário com uma idade avançada, 18, 20 anos. A estes alunos, como futuro, restava-lhes a mendicidade (organizada), o regresso para a família de onde tinham partido alguns anos antes ou uma instituição asilar.

Se o acesso à educação era difícil, também difícil era o voltar ao seio da família, pensando e agindo de forma diferente.

Os pais não compreendem, por exemplo, que o cego que volta do instituto tenha necessidade de ler, de conviver, de ser útil. A educação tiflológica de pouco serve, quando se regressa a uma comunidade à qual já não se pertence e que não compreende as aspirações e necessidades daqueles que, na sua perspectiva, apenas são dignos de

¹² Os quatro primeiros anos da escolaridade obrigatória, hoje 1.º ciclo do ensino básico.

comiseração. A educação só os tornou mais diferentes do que já eram antes. Esta incompreensão leva-os a procurar os asilos ou a mendicidade, reforçando assim as expectativas que a sociedade para eles construiu.

4.1.1. “Professores¹³” seleccionados de entre os alunos ”brilhantes”

A comunidade dos cegos nos institutos, onde viviam e aprendiam, bastava-se a si própria, em relação aos “professores”. Quando um “professor” morria um dos alunos “brilhantes” que tivesse concluído a escolaridade era convidado para ocupar o lugar deixado livre. Era pouca a formação científica e nenhuma a formação pedagógica. Quase todos os “professores” eram cegos, premissa muito defendida por uma parte dos cegos que achavam que era melhor para o cego ser ensinado por outros cegos, não só porque achavam que era o melhor para eles como achavam que os outros, os normovisuais, facilmente ocupariam esses postos de trabalho, deixando de fora os cegos. Pense-se que as oportunidades de trabalho para este sector da população, nesta altura, eram praticamente nulas. O esforço investido nas aprendizagens, na maior parte dos casos, não tinha uma utilidade social, dado que não se vislumbrava que o cego pudesse desenvolver um trabalho útil à sociedade. Aos poucos, passo a passo, têm vindo a demonstrar à sociedade como eram errados os prognósticos que se faziam a seu respeito. Hoje encontramos cegos em quase todos os sectores de actividade, desde o desporto, nas várias modalidades, às artes, matemáticas ou ciências. Os nossos entrevistados documentam assim a sua experiência de vida:

Mercedes

Eu, como professora, pensava: “Esta é tão esperta se calhar vai ser professora” e “esta, coitadinha, não tem capacidade nenhuma...” talvez aí eu pensasse “o que será esta rapariga quando for adulta?...”.

Eu vim para o Castilho e, como gostava muito de aprender tudo, tudo o que me ensinavam eu absorvia e a música, era a principal actividade, logo aí aos 12 anos comecei a estudar música. Era aprender piano, era aprender o instrumento de corda, eu aprendi violino, fiz o curso superior de piano e o curso geral de violino.

¹³ Não poderemos chamar professores, na acepção em que hoje é usado o termo, aos que eram indigitados pelas respectivas direcções para ensinarem os alunos. Nenhuma preparação específica tinham.

A formação das pessoas que ensinavam era muito, era bastante deficiente, mas isso não era só lá, era em toda a parte, enfim, havia assim uma má preparação dos professores, não havia assim um grande cuidado com isso. Mesmo para a instrução primária uma criança cega precisaria de... porque eu sou realmente apologista de que há muitas matérias que os cegos, um professor cego não pode transmitir a crianças cegas, sei lá... geografia por exemplo, a geografia mesmo da quarta classe daquela altura era muito mais interessante se fosse dada por uma pessoa que via, não é?

Eu ainda estava lá internada, quer dizer, eu aos vinte anos fiquei lá a ensinar, faleceu o professor de solfejo e canto coral então eu fiquei a dar a parte do solfejo e uma colega minha ficou a dar o canto coral, claro que com uma gratificação monetária muito baixa porque aquilo era uma escola particular, era assim, como estávamos ali ainda internadas davam-nos qualquer coisa em dinheiro e ficávamos a ensinar.

A professora de educação física era a única pessoa que via para além das monitoras, do pessoal que trabalhava lá, mas na parte de ensino eram tudo professores cegos.

Havia um professor de piano e violino, havia um professor já muito velho que ensinava violoncelo, havia outro professor que ensinava acústica e história da música, havia o professor de canto coral e havia depois os professores que ensinavam até à quarta classe, a ler e a escrever e a parte de aritmética, havia dois, um professor e uma professora e... era assim.

Ensinava no Castilho¹⁴ ao princípio, depois mudei, fui também para a instrução primária ensinar a ler e a escrever. Tirei o diploma de ensino particular, como tinha o 7.º ano, que nenhum professor por acaso lá tinha e como entretanto também já tinha morrido o professor que dava instrução primária, o professor Manuel Marques já tinha falecido, e como eu também já estava um bocado aborrecida da música, em sessenta e tal passei para ensinar realmente instrução primária.

Quim

Os professores não tinham preparação pedagógica. Eram alunos que tinham sido mais ou menos destacados pela sua capacidade de aprendizagem; que tinham feito essa aprendizagem com mais ou menos brilhantismo. Eram quase todos cegos. Digo «quase», porque o prof. de violino era normovisual, tal como o de canto coral (também prof. de violoncelo e inglês) e o de instrumentos de sopro.

Os professores da instrução primária e todos os restantes de música, esses, eram de facto cegos. Pensando nas vantagens e desvantagens de ter professores cegos, poderemos dizer que para as crianças mais pequenas haveria vantagens em ter professores com visão normal. Este facto favoreceria (a nível de ensino aos mais novos) o desempenho do professor nos aspectos de correcção de comportamentos e posturas incorrectas. Porém, a nível de adolescência, tornar-

¹⁴ Instituto António Feliciano de Castilho para alunos cegos

se-ia muito mais positivo ter um professor com a mesma condição visual dos alunos. Nestas idades é quando se começa a abrir perspectivas para uma vida futura. Tendo um professor em condições idênticas às suas, o aluno adquire segurança no decurso da vida, uma vez que pode passar assim a raciocinar: «olha, tenho aqui um professor que tem uma vida organizada e que está aqui a ser meu mestre, com este nível». Ora, este tipo de vivências tem os ingredientes para que se possa gerar, no espírito do aluno, mais segurança, mais esperança no futuro; e este facto constitui uma vantagem que não deve ser menosprezada. Mas se assim penso relativamente ao ensino dos “teen agers”, entendo que nos primeiros anos de aprendizagem há fortes vantagens se se tiver um professor normovisual. Nesta fase, de facto, a vista do professor é essencial, porque é agora que se devem corrigir os tiques, as posturas incorrectas. Quando se diz que «aquele fulano tem uma maneira de estar, de se sentar, abana a cabeça», eu costumo afirmar que «nós, os cegos, não vemos como é que os outros se comportam, se não temos um pai ou uma mãe, um professor, ou um orientador que nos diga que «isto não se faz, que isto é incorrecto», nunca poderemos corrigir os nossos desajutes. Claro que estas chamadas de atenção devem ser cautelosas, deve haver cuidado na forma como são proferidas, para não ferir susceptibilidades; devem mesmo fazer-se com ternura as advertências.

4.1.2. Materiais para escrita: pautas e punções

O acesso à leitura e escrita era facilitado através de materiais muito específicos. As máquinas braille só são introduzidas nos anos sessenta e eram muito pouco divulgadas. Como recurso para a escrita havia as pautas, uma espécie de régua, que obrigava à escrita da direita para a esquerda, para depois se virar o texto e poder ser lido da esquerda para a direita.

Flora

Desde a primeira classe aprendi a ler e a escrever em braille e com pauta e régua, sem máquina. Nessa altura não se usava máquina ainda e, digo-lhe, aliás já em tempos alguém me perguntou isto e eu defendi esta opinião e continuo a dizer que todo o cego, hoje em dia (eu não sou contra as máquinas), devia aprender a ler e saber escrever à pauta. Isso dá ao cego uma independência muito grande. E dá porquê? Na minha opinião, porque é assim: transportar uma pauta ou uma régua de braille, é uma coisa fácil, qualquer pessoa pode transportar. Uma máquina não é muito cómodo. A máquina de braille pesa um pouco.

Ora bem, se nós quisermos tirar, como qualquer outra pessoa, de repente precisa tirar um numero de telefone, um apontamento, uma coisa qualquer, podemos trazer na nossa mala uma régua, é uma coisa absolutamente normal como outra pessoa traz uma caneta, seja o que for. Portanto isso é uma coisa que nos dá uma certa independência. Além de que o cego, se quiser copiar algum texto ou alguma coisa, se não souber escrever à máquina, tem muita dificuldade. Haverá outras pessoas que pensam de outra maneira e eu explico-

lhe porquê: tem a noção de que para escrever à máquina em princípio escreve-se com as duas mãos. Copiar, nós para copiarmos um texto temos que ler com uma das mãos, pelo menos com uma das mãos. Ora se nós não formos capazes de escrever na pauta, que se escreve só com uma mão e ler com a outra, a cópia torna-se muito mais maçadora, porque repare a gente vai ler uma frase e escrever, depois tem que ir ao texto novamente à procura ver onde está. Em tudo isto há uma certa perda de tempo e acho que isto nas crianças tira-lhes um pouco o gosto por treinarem a leitura. Isto é a minha opinião, hoje em dia não se partilha muito dela mas eu penso que aprender a escrever à pauta e a ler e a fazer a sua copiazinha não faz mal nenhum a ninguém.

Isto não quer dizer que a criança não aprenda escrever à máquina, tudo bem. Para já no meu tempo não as havia, mas eu não sou contra que hoje se aprenda, acho muito bem que se aprenda, mas que se dê à criança também uma certa independência porque nós sabemos muito bem que há, pelo menos outrora havia e hoje se calhar continua, muitos dos nossos cegos vêm de classes sociais relativamente baixas e portanto nem todos terão acesso a comprar uma máquina de braille e outros dizem: não tem acesso mas nas escolas há. Pois há, têm as escolas, mas e nas suas casas? Como é que a criança se desenvolve? Como é que a criança ganha o gosto pela escrita e pela leitura e tudo isso? Na minha opinião, isso hoje em dia está um pouco cortado.

4.1.3. Currículo

Como aos alunos da escola pública, aos cegos eram facultadas as mesmas aprendizagens, desde a leitura/escrita, à geografia e à matemática. As exigências eram as mesmas e as formas de aceder à certificação também, o que fazia com que os cegos competissem, em termos de exames, em igualdade de circunstâncias, quando as suas aprendizagens eram realizadas em ambientes completamente diferentes. Aquilo de que tanto se falava na época, como uma prioridade, a educação tiflológica, não era contemplada nas aprendizagens a realizar, o que ajudava a denunciar facilmente qualquer cego em qualquer contexto social, pelos seus “maneirismos” e outras atitudes não comuns. Haverá que ter em conta que tudo o que se aprende através da visão, por imitação e quase inconscientemente, tem de ser ensinado ao cego, desde posturas do corpo a operações quotidianas e correntes. A criação de locais especiais para pessoas especiais só ajuda a tornar essas pessoas mais especiais e mais incapazes de se socializarem com as outras. A exclusão gera, naturalmente, mais dificuldades de inclusão. Só os muito capazes conseguem ultrapassar as barreiras da norma instituída e responderem às exigências de uma escola altamente selectiva.

Diz-nos a **Flora**:

Aos meus 13, 14 anos, havia quem não soubesse comer, quem não fosse capaz de pegar na faca e garfo. Eu já nessa altura sabia. Era uma coisa que na escola¹⁵ não se ensinava.

Lavar-se, vestir-se, fazer a cama, *tricot*, sim senhor, ensinavam, fora disso, acho que mais nada. Eu acho que era uma coisa que podia perfeitamente ensinar-se, a comer, a estar. Como não se vê como os outros estão, não se pode imitar. Ou a pessoa tem curiosidade de saber e pergunta, ou tem família... As pessoas só convivem assim, só fazem assim, nem sequer têm a noção de que os outros não fazem assim e que reparam.

[Em relação às matérias ensinadas] ...a mesma coisa, a mesma matéria, tal e qual, as mesmas disciplinas, a mesma matéria.

4.1.4. Exames

Os exames eram o grande termómetro do sistema educativo. Se, por um lado serviam como elemento importante de selecção dos candidatos em relação aos objectivos do sistema, por outro lado ajudavam a enfocar o ensino nas matérias que, em termos nacionais, se pretendia que fossem as aprendizagens. Para além do livro único, os materiais que os professores usavam para preparar os alunos para os exames (e que preparação e preocupação...eram apontados como exemplo a seguir os professores que nunca tinham tido um aluno reprovado no exame) eram cadernos de exercícios que eram organizados, tendo como ponto de partida, as questões saídas nos exames anteriores. E eram exaustivos...lembro-me do famoso “1111” (mil cento e onze) que era um conjunto de mil cento e onze problemas que fazia parte da bateria de saberes que os alunos candidatos ao exame de admissão ao liceu deviam saber resolver. Como é fácil imaginar, talvez não fosse muito provável encontrar um problema para resolver cuja matriz não fosse contemplada no “1111”.

A prova escrita do exame da 4.^a classe, a nível de Língua Materna, era composta por um ditado, cujo texto era completamente desconhecido dos alunos, ditado por um professor normalmente também desconhecido dos alunos, uma vez que era feito na sede do concelho, e uma redacção sobre um tema proposto.

O passar ou não na prova de ditado dependia do número de erros ortográficos, não sendo considerado aprovado um aluno que tivesse cinco erros ortográficos, sendo

¹⁵ Institutos para cegos

que quatro faltas perfaziam um erro ortográfico. Uma falta era, por exemplo, uma troca ou ausência de um acento.

O exame da 4.^a classe era, assim, um exame nacional, realizado na sede do concelho, igual para todos os alunos a que a ele acediam, e os cegos resolviam-no assim:

Flora

No exame da quarta classe, havia, se bem me lembro, um ditado e nós escrevíamos não em braille, mas por um sistema que não sei se alguma vez viu que era o balú. O que é que é? No fundo, é a letra tipo imprensa picotada. Era feito com uma régua relativamente estreitinha que mais ou menos dava a largura duma linha...um bocadinho mais. Seria talvez esta largura assim¹⁶... dois dedos talvez, e nós picotávamos, com punção, o desenho da letra, letra de imprensa. Era uma escrita um bocado morosa, muito mais que o braille, o braille tem seis pontos, com seis pontos, no máximo, faz uma letra. Ora ali, está a ver, para picotar uma letra levava muito mais e os exames eram feitos assim. Depois era uma redacção, era-nos dado o tema e a gente fazia.

A parte de aritmética, tinha que ser previamente ditado o texto... o enunciado dos problemas, tínhamos que o escrever. Ou o problema era simples e a professora lia e a pessoa fixava mais ou menos e fazia ou então, se era um pouco mais complexo, tinha que ditar; a gente escrevia primeiro em braille, ficávamos com o texto, resolvíamos, e depois passávamos para a tal escrita, o balu, para ser corrigido.

Depois tinha a prova oral que era igual a todas as outras. Na prova oral já não havia problema, claro a gente não ia ao quadro, lógico, fazer aos problemas, mas tínhamos o nosso cubarítmo, não sei se conhece, na altura fazia-se, isso eu posso mostrar-lhe¹⁷. Estes cubos têm várias posições e cada posição é um algarismo; o traço é o cifrao; o cinco assim; ao contrário o nove; o dois é assim mas se for virado para cima é o três; o sete é sempre o sete porque são os quatro pontinhos, o sete é sempre sete, não dá para mais; o quatro assim é o quatro, assim é seis assim é o oito e assim é o zero.

Os professores ditavam-nos os problemas ou liam-nos e nós fixávamos, ou escrevíamos o texto do problema, resolvíamos aqui o problema, fazíamos as contas e depois passávamos então para o tal sistema de letra desenhada, o resultado e o enunciado do problema tal como qualquer outra criança que faz no seu caderno o enunciado; o enunciado e a sua resposta. Ora isto era um pouco moroso. Isto, esta prova, era bastante morosa, talvez a pior.

4.1.5. Condicionismos inerentes à leitura/escrita tátil

¹⁶ Exemplifica para a entrevistadora perceber

¹⁷ Depois de ter ido buscar o cubarítmo, explicava à medida que mostrava como se fazia

Os ritmos de vida dos anos cinquenta nada têm a ver com os actuais. Tudo se processava sem grandes pressas, mas muitas vezes em demasia. Os processos de escrita braille, na pauta, são disso um exemplo. A dificuldade no domínio do processo, pela precisão que exigia e o tempo a que obrigava, não estarão decerto desligadas do consenso generalizado de que, para fazer um ano escolar, o cego precisava no mínimo de dois. E isso acontecia em grande parte dos casos, pois a maioria dos cegos terminava a escolaridade básica (4.^a classe) aos dezoito, vinte anos, embora se tenha de considerar também a sua entrada tardia na escola.

Para que nos possamos aperceber de todo este processo, detenhamo-nos no relato de quem o protagonizou:

Oliva

Na aprendizagem do braille, quando se escreve numa pauta, tem de se enfrentar uma situação que muitos normovisuais encaram com alguma perplexidade, mas que, para nós, não constitui problema - a chamada lateralidade. Não quero dizer que não haja inicialmente um ou outro momento de alguma atrapalhação, mas isso ultrapassa-se bem e, em pouco tempo, tudo fica mais fácil.

Por outro lado, o facto de termos de conduzir o bico do punção ao longo das paredes do rectângulo e pressionar no sítio exacto para obter os pontos dá-nos uma grande precisão de movimentos e ajuda a interiorizar de tal maneira os contornos dos caracteres, que se torna num contributo excelente para desenvolver a capacidade de leitura. Para escrever na máquina, ao contrário, os dedos são colocados em alinhamento horizontal, ficando as formas dos caracteres completamente desfiguradas. Este é um grande mérito da pauta.

É claro que a pauta é, hoje, em muitas situações, um atraso de vida. Poucos a utilizam. A escrita ponto a ponto é muito lenta. Mas uma pauta é um instrumento muito bem adequado ao primeiro embate com o braille e particularmente útil para se ter no bolso quando se quer tomar nota de um número de telefone, de uma morada, etc. Mas para trabalhos, não. Para isso a máquina foi a solução, embora hoje muitos de nós raramente escrevamos à máquina. Temos os computadores para ultrapassar essas e muitas outras dificuldades de uma forma muito mais expedita. Bom, mas era à pauta que se escrevia braille no Branco Rodrigues, no meu tempo.

4.2. O Ensino Secundário

O Ensino Secundário era, na altura em que decorre este estudo, o período que se segue aos quatro anos da escola primária, actualmente o 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário.

Este ciclo de ensino era apenas para uns tantos privilegiados, era a escola da formação das elites, à qual tinham acesso muito poucos e desses a maior parte não completava os estudos. Era um ensino «coerente com o sistema sócio-político vigente» (Emídio, 1981:194), com duas vias, a liceal e a técnica.

O ensino liceal, marcadamente teórico, de cariz «humanístico-científico» vai alimentar o mercado de trabalho ao nível do funcionalismo público e das escolas do magistério (5.º ano, curso geral) e a preparação para o ingresso à universidade (6.º e 7.º anos) que vai dar origem às profissões liberais e aos quadros técnicos superiores (idem, ibidem). O ensino técnico, marcadamente profissional ou profissionalizante, formava os quadros médios a nível da indústria e do comércio. Não era linear a passagem do ensino técnico para o ensino liceal.

Os entrevistados de que faz parte este estudo optaram todos pela via liceal, a mais conceituada na época.

O ensino secundário processava-se nos estabelecimentos públicos, os liceus, e em colégios particulares. Contudo, era apenas nos liceus que se validava a escolarização, através de exames nacionais, aos quais eram sujeitos todos os alunos, independentemente do lugar onde se tinha processado o seu ensino. Os alunos de maioria podiam autopropôr-se a exame, para o que, previamente, poderiam arranjar alguém, os explicadores, para os ajudarem nas aprendizagens a realizar.

4.2.1. O acesso dos cegos ao Ensino Secundário

Depois da escola primária, os cegos escolarizados tinha como perspectiva futura uma formação na área da música, sempre com um instrumento, piano ou cordas, e, ainda, o Francês e o Português. Esta formação poderia viabilizar, para os muito bons, uma carreira na área da música ou ficarem como “professores” no instituto.

Estas opções não eram viáveis para a maior parte do grupo de “privilegiados” que tinham acesso aos institutos, o que fez com que alguns deles tentassem romper barreiras e contrariar o destino que à partida lhes estava traçado. Individualmente ou em pequeno grupo, começam a delinear estratégias que lhes permitam novas oportunidades, em novos contextos, ultrapassando o *estigma* (Goffman,1975) que lhes tentam impor e, implicitamente, tentando mostrar que são **mais** as características que os unem aos

outros, os considerados normais, do que as características que os distinguem. O categorizar a sociedade de acordo com uma única característica que une o grupo, desprezando a totalidade da pessoa humana (Gardou 2003), serve apenas os que diferenciam e se promovem através deles (Foucault,1975).

A análise da situação existente e a necessidade de resolver o problema do seu futuro foram os móveis próximos para a criação de uma dinâmica que não vai parar. Aproveitando as possibilidades que o sistema punha à disposição para todos os que conseguissem “encaixar” nele, este grupo traça as estratégias necessárias para aceder à escolarização dos considerados normais.

Os primeiros, no início dos anos cinquenta, começam a fazer diligências enquanto fazem a sua formação musical no conservatório e estudam Português e Francês. Fazem-no particularmente, por vezes sem conhecimento do próprio instituto, arranjando **explicadores** e **autopropondo-se** aos exames nacionais. Esta dinâmica, nos finais dos anos cinquenta (1958), é criada nos próprios institutos e nas associações de cegos mais viradas para a instrução/cultura, com a institucionalização das **salas de estudos** e do **trabalho voluntário**. A partir de 1966, começam no liceu Passos Manuel as primeiras integrações de cegos, em turmas do ensino regular.

Atentemos nos depoimentos de quem construiu esta dinâmica.

Mercedes

Em 51, 52 havia um grupo de alunas jovens que não tinham grande vocação para a música. Elas sabiam que lá fora outros colegas estudavam no liceu. Então conseguiu-se que a direcção, nessa altura havia uma direcção, aquilo era uma instituição particular com ajuda do estado, conseguiu-se que eles compreendessem que se fossem ali uns professores dar as disciplinas que não podiam ser dadas pelos cegos que lá ensinavam, se poderia fazer o 2.º ano¹⁸ na altura . Um dos professores era o Dr. Medina, o primeiro cego em Portugal a fazer um curso superior.

Oliva

A certa altura comecei a perceber que a carreira musical não me iria trazer qualquer saída. Via o que acontecia com as outras pessoas: na melhor das hipóteses arranjavam um lugar de professor, mas isso era cada vez mais difícil. Tanto mais que começava a tornar-se evidente que o espírito que imperava nos responsáveis pela escola não era para substituir professores cegos por professores

¹⁸ Actual 6.º ano de escolaridade. Na altura a escolaridade obrigatória compreendia apenas os quatro primeiros anos de escola, a 4.ª classe.

cegos, mas substituí-los por professores normovisuais. Por outro lado, também percebi que até onde eu poderia chegar na minha educação musical não me permitiria fazer carreira. De maneira que acabei por concluir que devia procurar outra direção se queria ter algum sucesso. No entanto, tendo em conta o adiantamento já alcançado, não quis deixar de concluir os cursos musicais. Concluí-os em 1959. Mas antes, em 1954, já tinha começado os estudos no Liceu.

No início duma ensolarada tarde de Maio de 1955, três indivíduos recém-saídos do Branco Rodrigues, eu incluído, apresentámo-nos na secretaria do Liceu Gil Vicente para nos inscrevermos como alunos externos para prestar provas de exame do 2º ano. Houve primeiro uma grande perplexidade. Perguntas e mais perguntas: Mas como? Como vai isso poder ser? Não havia ainda o hábito. Tentámos esclarecer. Mas a confusão era muita. Vários funcionários vieram ao balcão, veio também o chefe de secretaria e, por fim, ainda o reitor. De novo perguntas, mais perguntas. Teve que se fazer um requerimento ao ministro, enfim foi um problema. Depois tivemos ainda que requerer dispensa do exame de desenho. Por fim tudo se resolveu, e lá comparecemos às provas. Nós estávamos ali de vontade própria, determinados por um elevado grau de motivação.

Quim

O Dr. Augusto Medina... começou a fazer um certo “forcing” para que abrissem o ensino liceal¹⁹ no instituto²⁰, esforço que deu os seus frutos em 1958.

Lá passámos a fazer os estudos e íamos prestar provas de exame no liceu de Oeiras. No início éramos 13.

4.2.2. Das dificuldades às estratégias para o acesso ...

4.2.2.1. Ao saber e aos materiais de estudo

O percurso foi longo e sinuoso e, criando o engenho para responder à necessidade²¹, estes protagonistas, individualmente ou com soluções em grupo, vão vencendo os obstáculos e delineando o seu futuro, futuro que virá a ser o de muitos outros.

Oliva

Quando fizemos o 2º ano, tivemos, portanto, quatro disciplinas. Só trabalhávamos com um explicador, que nós próprios pagávamos, o Dr. Medina -

¹⁹ Ou seja, a escolaridade a seguir ao ensino primário, na altura o ensino liceal que corresponde hoje ao 2.º e 3.º ciclo do ensino básico; não era abrir um liceu no instituto mas providenciar as aprendizagens necessárias para depois ir fazer exame ao liceu.

²⁰ No Instituto Branco Rodrigues

²¹ Do aforismo popular “a necessidade cria o engenho”

o primeiro licenciado cego em Portugal, que nos orientou em Ciências Geográfico-naturais e Matemática, para o que recorreu à ajuda de uma colega da Faculdade, Conceição Calapez Silva, que mais tarde viria a ser a nossa explicadora de Literatura Portuguesa no 7º ano. As outras duas disciplinas - Português e Francês, nem as estudávamos. Tínhamos feito essas disciplinas no Conservatório onde eram muito mais avançadas. Por isso, não tínhamos explicador. Sabíamos que precisávamos saber bem os verbos e outras matérias; mas para isso tínhamos material em braille vindo do Brasil, sobretudo, e de Espanha.

No 2º Ciclo estudávamos por histórias espanholas e brasileiras em braille. Era um bom processo, sempre enriquecido pelo apoio de bons explicadores.

O Brasil sempre enviou para as bibliotecas portuguesas as edições em braille que lá se faziam. Existiam na Biblioteca da Associação Luís Braille, onde as requisitávamos. De Espanha recebíamos revistas e outra informação, pela qual sabíamos da existência de editoras às quais pedíamos catálogos e comprávamos livros.

Tínhamos explicadores que nos punham ordem no nosso método, muito dispersivo, visto estudarmos por livros não escritos de acordo com os programas adoptados em Portugal.

Mercedes

Depois, aos vinte e tal anos é que eu comecei a estudar, já tinha acabado o meu curso do conservatório, já dava aulas de música.

O primeiro cego que fez o curso de liceu e depois foi para a faculdade foi o Doutor Augusto Medina, que era um senhor que era cabo-verdiano. Foi a primeira pessoa cega em Portugal que fez um curso superior e depois outros cegos começaram a achar que desde o momento que tivessem os livros, estudariam e iam fazer os exames ao liceu. Estes cegos eram da minha idade²², ainda hoje existem, esses cegos também tinham cursos de música, estudaram no Instituto Branco Rodrigues, era o que havia para rapazes aqui perto de Lisboa, e outros eram do Instituto do Porto.

Era uma dificuldade enorme para termos os livros, tínhamos nós que mandá-los transcrever e pagar, não havia como hoje centros de material. A imprensa braille... começou nessa altura a imprensa braille. Era uma grande dificuldade para adquirirmos os livros para estudarmos. Juntávamo-nos em pequenos grupos e pagávamos, depois lá conseguimos que a Associação Luís Braille também comesse a pagar para ter na sua biblioteca para emprestar aos sócios.

Flora

²² Nascida em 1931

Aí é que o problema se começou a complicar um pouco por causa dos livros. Para nós e para qualquer outro. Eu lembro-me perfeitamente que o livro de ciências, aquilo a que se chama hoje ciências naturais, que era um livro para o primeiro e segundo ano apareceu precisamente, completamente escrito, no fim do meu segundo ano.

Bem, as ciências, ou alguém lia, ou alguém gravava, portanto eu lembro-me por exemplo que os meus pais...eu tinha o livro a negro, eu lembro-me que os meus pais, na altura eram os meus pais, me liam, e eu ia tomando notas ou gravava. Nessa altura usavam-se muito as gravações. Se hoje se utilizam, nessa altura usavam-se muitíssimo mais porque como não havia o livro escrito, e também não íamos pedir à pessoa para ler, cada vez que a gente quisesse, desde que a pessoa lesse uma vez... o processo melhor era utilizar a gravação.

Na parte do francês, eu lembro-me que nessa altura, já haviam algumas coisas escritas, eu não digo que fosse o livro integral, percebe, escrito todos os textos, mas havia já bastante escrito. Porque, como as outras também já tinham feito, uns iam deixando, tinha que haver bastante colaboração, quem passava tinha que se lembrar que atrás dele vinha alguém. E houve sempre um bocado dessa preocupação das pessoas que iam fazendo, deixando sempre para os que vinham atrás. Eu lembro-me que em determinada altura mais à frente o livro não era bem, bem, bem o actualizado mas havia muitos textos iguais e a gente aproveitava.

4.2.2.2. Às aulas

A vontade de aceder às aulas e as dificuldades para viabilizar esse acesso são bem diferentes do que se passa actualmente: o ministro da Segurança Social anunciou há tempos que iria criar uma bolsa para que os alunos, em risco de abandono escolar, pudessem continuar a sua escolarização. Perversidades da obrigatoriedade do ensino...

Há que ter em conta que nesta altura a escola e o seminário eram os grandes factores de promoção social, o que levava à sua procura, mas tanto uma instituição como a outra tinham malhas bem apertadas para seleccionar os “eleitos”.

Mercedes

Para termos aulas também nos juntávamos assim grupos de três conforme as disciplinas que escolhíamos, eu lembro-me de estudar com dois colegas, de termos uma professora de latim e depois pagávamos a meias.

Depois eu comecei a pensar “eu tenho de aproveitar também isto”, como já ganhava algum dinheiro, falei lá com a direcção e disse que, se me deixassem assistir às aulas, eu pagava mais uma, quer dizer, eram duas aulas por semana, eu propus-me pagar mais uma para serem três, mas em troca eu

assistiria às outras também, e pronto era benefício para todos e assim foi, estudei o 2.º ano... juntavam-se e pagavam a professores e iam fazer os exames ao liceu.

Eu lembro-me que nessa altura já um dos meus irmãos me comprou um gravador que pesava 10 ou 11 quilos, e nós pedíamos autorização aos professores a quem nós pagávamos, isto já a nível do 5.º ano, do 2.º, não, mas do 5.º e depois do 6.º e 7.º. Era muito pelas gravações porque nós não tínhamos mesmo quase livros nenhuns, tínhamos muito pouca coisa e então aquela lição gravada ... nós depois tirávamos apontamentos, lembro-me muito bem. À noite lá no Feliciano Castilho lembro-me de estar sozinha numa sala a ouvir a lição e a tirar os meus apontamentos, era assim e outros colegas faziam a mesma coisa, não havia outra maneira...

Eu escolhi para o 7.º ano... estava assim muito indecisa... não sabia, as dificuldades eram tão grandes...eu escolhi românicas, a alínea de românicas, lembro-me de estudar grego, mas depois no ano seguinte... Depois mudei, pensei no Direito, o meu pai dizia “estudavas Direito...” e depois lembro-me de estudar alemão porque era para Direito... mas depois afinal não fui para nada disso porque as dificuldades eram muitas.

Pensei ser assistente social e ainda frequentei o instituto de serviço social ali no Campo Santana, mas também era a mesma dificuldade, não havia livros nenhuns e então as minhas colegas, rapazes e raparigas liam-me muita coisa, tirava apontamentos mas eu só andei lá um ano porque era impossível, quer dizer para eu assistir às aulas, eu não tinha tempo de assistir às aulas todas porque eu já trabalhava e eu desisti, pura e simplesmente, desisti.

4.2.2.3. *À escrita*

A escrita a braille com pauta e punção era a prática utilizada em todos os institutos de ensino de cegos. As inovações tardavam a chegar à sociedade em geral e, ainda mais, a sectores pouco abertos para o exterior. Como sempre acontece, é a dinâmica pessoal que faz a diferença e desencadeia o progresso, como nos diz o

Oliva

Foi em minha casa, numa máquina de meu pai, que aprendi a escrever, com os dedos todos, aproveitando a técnica do piano. Foi assim. No Branco Rodrigues não se ensinava a escrever à máquina, nem à máquina braille. Havia lá uma máquina de escrever apenas para serviço do escritório e duas máquinas braille antigas, mas nestas era só a regente que escrevia, mais ninguém.

4.2.2.4. *A recursos financeiros*

Vivia-se um período difícil, no nosso país, um país dominado pelo fascismo, em que a miséria era o denominador comum e a valorização do trabalho quase nula. As pessoas trabalham nas casas dos mais abastados, sem receberem qualquer remuneração, apenas pela comida, e que comida!...

A sobrevivência não estava assegurada para ninguém, só depois do 25 de Abril, a segurança social começou a considerar os casos mais frágeis da sociedade e a proporcionar-lhes algum provento. Para os cegos, o recurso era a mendicidade. Para um país católico, na sua grande maioria, para não dizer totalidade, a caridade era uma prática comum e a cegueira era um dos alvos privilegiados dessa mesma caridade. Uns cegos disso tiravam partido, outros recusavam-se determinantemente.

Mercedes

O meu pai é que dizia sempre assim quando via alguém a tocar na rua: “ai filha isto é que é uma coisa que eu não quero nunca que tu faças, tu tens de ter muita bagagem para fazeres coisas na vida que nunca precisas de pedir a ninguém, nem tocar na rua” e eu dizia: “ai credo, eu não quero pai, eu não...”

Começámos muito novinhas, quinze, dezasseis anos, com a preocupação de ganhar dinheiro (...), sempre pensei em trabalhar, em ganhar dinheiro. Eu e algumas colegas da minha idade, começámos a transcrever livros, a transcrever não, a copiar, o livro estava escrito em braille e nós copiávamos para haver mais exemplares, copiávamos à pauta, nem era com a máquina, conhece a pauta?

À pauta, que aquilo dá um trabalhão, e cansa muito e nós fazíamos esse trabalho de copistas, a ganhar, lembro-me muito bem, primeiro era a três tostões, depois passou para cinco, e fazíamos também, as que tinham jeito, fazíamos tricot para fora, casaquinhos de bebé, coisas assim que aprendemos lá com as senhoras já de idade que também faziam esses trabalhos, ainda não havia as máquinas de tricot, ou se havia ainda não se usavam muito.

Havia uma pessoa amiga que ditava o livro a negro para ficar em braille, depois outras pessoas queriam ter também esse livro, então nós copiávamos.

4.2.3. Os exames

Os exames, sempre nacionais, eram o grande momento da selecção dos “melhores”. A eles muito poucos tinham possibilidade de aceder e muito menos eram os que conseguiam ter sucesso.

As provas de exame eram feitas nos gabinetes do ministério e depois distribuídas por todos os liceus do país. Como as provas eram escritas a negro, dactilografia normal, os cegos não tinham acesso directo às mesmas, por isso escreviam partes das provas de exame (os textos), em braille, à pauta e punção, ditados pelos professores ou eram lidas as perguntas, uma a uma, e o aluno respondia à máquina, a negro; noutras circunstâncias o aluno ditava as respostas e os raciocínios e o professor escrevia (Matemática, por exemplo).

Toda esta estratégia era geradora de muitos constrangimentos, grandes insucessos e desistências.

Em 21 de Maio de 1965, com a circular n.º 2370/65, regulamentam-se os exames dos cegos, formalizando as práticas já existentes.

São bem interessantes os retratos que os nossos “heróis” fazem do seu tempo, da sua história.

Oliva

Chegados à sala de exame, a primeira tarefa que se nos deparava consistia em transcrever para braille, na pauta, porque as máquinas naquele tempo ainda não faziam parte do nosso quotidiano, os enunciados que o professor nos ditava. Depois passávamos à realização e dactilografávamos as respostas.

No dia da prova de francês, a dada altura apareceu na sala o reitor, alarmado, porque o tempo de prova já estava largamente excedido. Tínhamos gasto cerca de 45 minutos a transcrever o enunciado. A Dr.ª Maria do Céu Faria, professora encarregada da vigilância, tomou a nossa defesa explicando as condições do trabalho e salientando que não podia ser doutra maneira. Gostámos imenso dela. Mais tarde, no 7.º ano, foi a nossa explicadora de latim.

O reitor não mostrou dificuldade nenhuma em compreender a situação; encarou-a e lá resolveu os problemas. nenhuns obstáculos nos foram levantados. Ao transcrevermos os enunciados, não escrevíamos tudo; só escrevíamos os textos, porque eram necessários à interpretação e à localização dos passos a que algumas perguntas se reportavam.

As perguntas, eram os professores que as iam lendo, à medida que íamos precisando delas. Por vezes era necessário esperar, porque o professor estava a ler a pergunta a outro aluno. Mais tarde esta dificuldade foi aplanada com a colocação de dois professores de vigilância na sala. Na matemática as respostas eram ditadas aos professores, que as escreviam na folha da prova. Foi assim durante uns anos.

Mercedes

Era muito complicado, para já as pessoas não estavam preparadas para receber cegos a fazer exame, depois não sabiam braille. Fizemos alguns exames no Maria Amália, depois houve um ano que fizemos no Gil Vicente, também fizemos no Passos Manuel, acho que foi o 7.º ano.

Era uma grande angústia, porque era assim... nós tínhamos que escrever o ponto em dactilografia normal, as máquinas avariavam-se e nós não podíamos corrigir o que estávamos a escrever, se a máquina avariava...que avariavam muitas vezes...

Tínhamos que ter uma boa memória. O ponto não aparecia escrito em braille, estava ali uma professora ao pé de nós que nos lia as perguntas e nós tentávamos responder na máquina. Claro que era uma situação muito diferente das outras pessoas, não tínhamos o ponto para ler, não podíamos ler o que estávamos a escrever, se calhava ser uma pessoa simpática e compreensiva que estava ali connosco, pronto, lá dizia “olhe escreveu isto assim, assim...”, às vezes até me lembro, por exemplo, de não me ocorrer o que escrever naquela segunda pergunta e eu própria dizer: “olhe não se importa de ler outras perguntas, pode ser que eu saiba responder a outras e deixo essa para o fim, pode-se fazer isso, não pode?”, lembro-me muito bem disso. E era assim uma situação ... e depois aquilo demorava muito tempo, as nossas provas escritas eram muito morosas.

Lembro-me de estarmos em várias salas e cada uma tinha um professor... tenho ideia que era assim, às vezes até eram professores que não tinham nada a ver com aquela matéria, era só para nos lerem as perguntas, eu lembro-me de estar a fazer um exame não sei se de inglês, ou qualquer coisa, com uma professora de religião e moral, portanto, ela nem sequer me podia ajudar em nada porque a senhora não sabia nada daquilo. Era uma situação muito angustiante, as provas escritas dos exames, eram, eram... As provas orais já era diferente...

Flora

Nesta altura houve uma outra situação que também surgiu que era a escrita dos exames. Ora bem, como é que foi? Eu nessa altura aprendi e aí sim, aprendi a escrever à máquina, à máquina normal, não é à máquina braille. Os exames passaram a ser feitos, escritos em dactilografia. O exame de português, o exame de francês, o exame de ciências. O exame de matemática não. Como é que era feito o exame de matemática? Nós fazíamos os problemas; tínhamos um professor, nessa altura, de apoio, que era normalmente do liceu, que ficava a tomar conta da sala, ditávamos-lhe os resultados. O professor, então, na folha de exames, escrevia aquilo que a gente lhe ditava. Era feito assim, o de matemática. O professor lia, lia-nos a pergunta, nós ditávamos a resposta e ele escrevia aquilo que a gente lhe dizia.

Havia sempre um professor ou para cada um ou para dois, porque repare nessa altura não eram assim muitos, muitos a fazer de uma vez, agora seria muito mais difícil. Mas nessa altura, quando eu fiz o segundo²³ ano do liceu, no Gil Vicente, seríamos para aí algumas cinco, seis pessoas. Realmente eu acho que nessa altura houve uma grande vontade de colaboração, quer do reitor, porque disponibilizou os professores, quer dos professores que se disponibilizaram a fazer esse trabalho. Temos que concordar que realmente teve que haver uma boa vontade, porque era estar ali, era um para cada pessoa na prova de matemática tinha que ser, ou pelo menos para duas talvez, mas eu penso que até era uma para cada um.

Acho que foi uma boa vontade do reitor do liceu que aceitou ir-se lá fazer o exame e os professores que na altura se disponibilizaram a ir lá fazer esse

²³ Actual 6.º ano do 2.º ciclo do Ensino Básico.

serviço. O professor o que fazia era ler-nos o problema e nós dávamos a resposta e ele preenchia a folha, punha na folha de exame pronto. Penso que foi, um processo de boas vontades, porque o reitor poderia dizer que não tinha professores, mas realmente não foi assim que as coisas se passaram.

5. E a aventura continua

O difícil é começar, depois... os acontecimentos tomam o seu rumo, independentemente da vontade de quem os começou ou de quem os quiser parar. Para bem de todos nós, a aventura destes nossos heróis ainda não teve um fim, nem vai tê-lo, porque, embora minoritariamente e com alguma reserva, vai sendo dada oportunidade a alguns...

Oliva

Nos anos seguintes, outros alunos foram saindo do Branco Rodrigues e vinham também fazer cá fora exactamente o mesmo que nós - cursar o Liceu, o que ainda não era possível nas escolas especiais. Entretanto as associações, perante uma actividade que despontava e se lhes apresentava como merecedora de apoio, começaram a colaborar, pagando os explicadores que não se ofereciam como voluntários e a transcrição de alguns livros para os quais se não conseguissem transcritores voluntários.

Para não concluir...

O escutar atento destas pessoas que foram os heróis desconhecidos de uma aventura que não mais parou, faz-nos pôr em questão tantos diagnósticos/prognósticos que são feitos às pessoas em situação de deficiência e o quanto injusta tem sido e continua a ser a sociedade (que somos todos nós) ao delinear percursos redutores à partida, sem atender à capacidade que o ser humano tem de se ultrapassar e de “deslumbrar” os outros.

Na era da alienação pelo “descartável”, pelo imediatismo, pela fluidez dos fenómenos e situações, pelo privilégio do parecer sobre o ser, não há espaço para dar tempo aos que não correm à velocidade do TGV e, pela falta de oportunidade de lhes ser reconhecido o pleno direito de “ser pessoa”, ficam circunscritos e limitados pelo estigma que lhes é imposto, com muita dificuldade de se fazerem reconhecer pelo que está atrás desse mesmo estigma.

O estigma não é superior à pessoa, mas condiciona-a e, para fazer valer os seus direitos, tem que ser muito mais capaz que os outros.

É com grande satisfação que hoje podemos ver cegos, completamente realizados, em termos pessoais, familiares, profissionais, desportivos... integrados nas mais diversas áreas da sociedade, em áreas onde nos parecia impossível ser possível... Tudo começa um dia, talvez fruto de uma vontade, resultado de muitas vontades que se vão desenhando e “impondo” não sem o sacrifício de muitos outros que para isso lutaram e nunca viram concretizados os seus anseios.

Os nossos protagonistas sonharam, meteram mãos e, passo a passo, foram vencendo as barreiras, muitas, que o sistema lhes impunha: as mentalidades, as condições e os recursos necessários para aceder a uma escolarização à medida das capacidades, desejos e interesses de cada um, a processar-se em meio natural, junto de todos os seus amigos.

Os mentores sócio-educativos nunca se tinham “lembrado” que a escola é para todos os que dela quiserem usufruir e que, como bem público que é, não se pode escusar a criar condições e mobilizar recursos para ajudar a fazer de cada um *um cidadão de pleno direito*.

Referências bibliográficas

- Castro, J. A. (1960a). É preciso integrar os cegos na Nação. *No caminho da Recuperação Social dos Não Videntes, III, 3-10*.
- Castro, J. A. (1962). Quando os pais não compreendem. *No caminho da Recuperação Social dos Não Videntes, V, 39-42*.
- Bardin, L. (1979). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70. (Trabalho original em francês, 1977).
- Bénard da Costa, A. M. (1981). Educação especial. Em Manuela Silva e M. Isabel Tamen (coord.), *Sistema de ensino em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Emídio, M. T. (1981). Ensino secundário. Em Manuela Silva e M. Isabel Tamen (coord.), *Sistema de ensino em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Foucault (1975). *Surveiller et punir*. France : Gallimard.
- Gardou, C. (2003). *Connaître le handicap, reconnaître la personne (1.er édition 1999)*. Ramonville Saint-Agne : Editions érès.
- Ghiglione, R. & Matalon, B. (1992) *O Inquérito: teoria e prática*. Oeiras: Celta Editora. (Trabalho original em francês, 1978).
- Goffman, E. (1975). *Stigmate. Les usages sociaux des handicaps*. Paris : Les Editions de Minuit.

- Pinto, J. (1962). O analfabetismo na recuperação dos cegos. *No caminho da Recuperação Social dos Não Videntes, V, 15-17.*
- Poirier, J., Clapier-Valladon, S. & Raybaut, P. (1999). *Histórias de vida. Teoria e prática.* Oeiras: Celta editora. (Trabalho original em francês, 1983).